



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0006603-36.2006.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Diva Maria Ignan Machado**
 Requerido: **Banco Santander Banespa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

DIVA MARIA IGNAN MACHADO, qualificado(s) na inicial, opôs impugnação em execução que lhe move Banco Santander Banespa, também qualificado, alegando que o valor da sucumbência executada deve ser calculado sobre o valor da condenação, dois (02) salários mínimos vigentes ao tempo da decisão condenatória, que era de R\$ 300,00, resultando em dívida de R\$ 283,00 e não de R\$ 5.332,00 como apontado pelo credor/impugnado.

O banco credor/impugnado não respondeu.

É o relatório.

Decido.

A sentença de primeiro grau havia condenado o banco réu a pagar à autora indenização no valor equivalente a dois (02) salários mínimos vigentes em 23 de março de 2006, condenando ainda o banco réu a pagar a sucumbência, com honorários advocatícios fixados em 20% do valor da condenação (*vide fls. 54*).

Essa decisão, entretanto, foi reformada pelo acórdão executado, que deu provimento ao recurso do banco réu para assentar não haja obrigação de indenizar, invertendo o ônus da sucumbência (*leia-se às fls. 106*).

O banco/impugnado não apresentou memória discriminando a evolução da conta de liquidação, de modo que não há como ser conferida a sua conta.

De fato, em 23 de março de 2006 era de R\$ 300,00 o valor do salário mínimo (*Lei nº 11.164/2005*), de modo que os honorários advocatícios devem ser calculados sobre o valor de R\$ 600,00 acrescido de correção monetária pelo índice do INPC, a contar de março de 2006, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação.

A conta da devedora/impugnante parte do cálculo de 20% retroativo a março de 2006, quando apura R\$ 120,00 como valor dos honorários.

Esse valor, entretanto, deve ser apurado a partir da aplicação do percentual de 20% sobre o valor corrigido da condenação, ou seja, sobre os R\$ 600,00 acrescido de correção monetária pelo índice do INPC, a contar de março de 2006, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, como já indicado acima.

Apurado esse valor é que se aplicará o percentual de 20%.

Mais há ainda outro equívoco na conta da devedora/impugnante, que aplica a correção monetária a partir de janeiro de 2007, data da sentença, quando deveria ser em março de 2006, pois a sentença assim especificou.

Um cálculo superficial, a partir da tabela prática do Tribunal de Justiça do Estado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de São Paulo, demonstra que o valor da condenação, corrigido, seria de R\$ 851,00 e os juros de mora somaria mais R\$ 604,21, totalizando uma condenação de R\$ 1.455,21 e honorários advocatícios de 291,04 em dezembro de 2012.

A conta, não obstante, necessita ser refeita e lançada nos autos pelas partes, possibilitando a discussão sob o contraditório.

Certo, porém, é que a conta do banco/impugnado supera até mesmo o valor da condenação, de modo que fica acolhida em parte a impugnação, e porque a disparidade entre as contas é tamanha que, somada ao desinteresse do banco/impugnado em defender-se, induz à idéia de maliciosidade, condeno o banco/impugnado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 20% do valor da dívida executada, atualizado.

Vale destacar, a propósito dessa condenação do banco/impugnado, que *“Interposta impugnação, há forçosa condenação do vencido a pagar custas e honorários advocatícios de sucumbência do agora incidente, porque terá exigido trabalho do profissional do litigante vencedor (cf. AI nº 990100687670 - 28ª Câmara de Direito Privado TJSP - 13/04/2010²)*.

Logo, acolho parcialmente a impugnação, cumprindo à devedora/impugnante refazer sua conta de liquidação, tomando por base o valor de R\$ 600,00 para sobre ele ser acrescida correção monetária pelo índice do INPC, a contar de março de 2006, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, como já indicado acima.

Essa atualização deve ter por data base o dia do depósito de fls. 13, ou seja, 27 de dezembro de 2012.

Sobre o saldo apurado nessa data deverá a devedora/impugnante deduzir o valor das custas processuais por ela desembolsadas nesta execução, bem como os honorários advocatícios, que fixo em 20% do valor executado, dado o espírito emulatório com que demanda o banco credor/impugnado, nos termos acima já indicados.

Caso ainda haja saldo a ser depositado pela devedora/impugnante, essa diferença deverá ser acrescida de correção monetária pelo índice do INPC e de juros de mora de 1,0% ao mês, a contar de janeiro de 2013.

Caso o valor depositado, deduzida a sucumbência ora fixada, seja suficiente para a quitação da dívida em dezembro de 2012, deverá a conta ser submetida a análise deste Juízo.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a impugnação oposta por DIVA MARIA IGNAN MACHADO na execução que lhe move Banco Santander Banespa, em consequência do que à devedora/impugnante refazer sua conta de liquidação, tomando por base o valor de R\$ 600,00, acrescido de correção monetária pelo índice do INPC, a contar de março de 2006, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, até dezembro de 2012, e **CONDENO** o banco credor/impugnando ao pagamento das custas processuais desta execução e honorários advocatícios, esses arbitrados em 20% do valor da dívida, atualizado.

Conforme acima estabelecido, do saldo da dívida apurado pela devedora/impugnante em dezembro de 2012, deverá ser deduzido valor das custas processuais por ela desembolsadas nesta execução e os honorários advocatícios de 20% do valor ora executado, e caso haja saldo a ser depositado por ela em complementação ao valor da dívida apurado, essa diferença deverá ser acrescida de correção monetária pelo índice do INPC e de juros de mora de 1,0% ao mês, a contar de janeiro de 2013; caso o valor depositado, deduzida a sucumbência ora fixada, seja suficiente para a quitação da dívida em dezembro de 2012, deverá a conta ser submetida a análise deste Juízo.

² www.esaj.tj.sp.gov.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

P. R. I.

São Carlos, 10 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**